

CORPOS NA CIDADE:

AS OCUPAÇÕES DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS NO
BRASIL PÓS 2013

Renata Estrella (Doutoranda em Ciência da Literatura, UFRJ)

RESUMO

A partir do filme dirigido por Carlos Pronzato, *Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo*, da experiência da autora em apoio às ocupações no Rio de Janeiro em 2016 e de algumas entrevistas publicadas com os *ocupas*, analisa-se a prática das ocupações feitas pelos estudantes secundaristas, considerando-as uma consequência das manifestações ocorridas no Brasil em 2013. A proposta é fazer uma leitura da cidade em sua potência de fratura, ou seja, do que pode interpretar o nosso tempo. Sugere-se que as ocupações produziram uma negatividade de objeto no social, significando uma separação que difere da castração por não ter o Outro como operador da perda. Neste sentido, a prática das ocupações, a partir dos espaços vazios criados e das possibilidades de deslocamentos engendradas, parece lidar com o gozo de forma diferente da segregação.

Palavras-chave: ocupações, cidades, desamparo, gozo.

RÉSUMÉ

Basé dans le film réalisé par Carlos Pronzato, *Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo*, dans l'expérience de l'auteur à l'appui des occupations à Rio de Janeiro en 2016 et dans quelques entretiens publiés avec les lycéens, cet article analyse la pratique des occupations des lycéens, les considérant comme une conséquence des manifestations du Brésil en 2013. La proposition est de faire une lecture de la ville dans son pouvoir de fracture, c'est-à-dire de ce qui peut interpréter notre temps. Il est suggéré que les occupations produisent une négativité de l'objet dans le social, c'est-à-dire une séparation qui diffère de la castration en n'ayant pas l'Autre comme opérateur de la perte. En ce sens, la pratique des lycéens, à partir des espaces vides créés et des possibilités de déplacements générés, semble traiter différemment la jouissance de la ségrégation.

Mots-clés: occupations, villes, impuissance, jouissance.

Tratarei neste breve texto, fruto de uma comunicação feita durante o XIV Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura (UFRJ), de uma prática que considero, em alguns aspectos, uma consequência das tão controversas manifestações ocorridas no Brasil em 2013: as ocupações feitas pelos estudantes secundaristas. Tais ocupações ocorreram especialmente entre os anos de 2015, quando mais de 200 escolas foram ocupadas ao mesmo tempo na cidade de São Paulo, e 2016 com a ocupação de 1100 escolas em 22 estados brasileiros, como pode-se verificar em inúmeras matérias das mídias alternativas, a exemplo do jornal *A nova democracia*.

A proposta é fazer uma leitura da cidade em sua potência de fratura, ou seja, do que pode nos interpretar ou interpretar o nosso tempo. Assim, parto de minha experiência em apoio às ocupações no Rio de Janeiro em 2016, de algumas entrevistas publicadas com os estudantes *ocupas* e do filme dirigido por Carlos Pronzato, *Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo*, de onde vem a epígrafe deste texto. As ocupações dos estudantes secundaristas se deram por meio das artes – performances, projeções, pinturas, leituras, shows, peças – e ainda de uma auto-organização coletiva nas escolas que compreendeu a estrutura física e de equipamentos, além da promoção de aulas, debates, eventos, como explicitou uma estudante entrevistada:

na ocupação de Realengo, especificamente, optamos por não estabelecer lideranças, e funcionou da seguinte forma: criamos pequenas comissões e cada uma ficava responsável por uma tarefa. Não tinha comissão de limpeza porque nós decidimos que essa era uma tarefa de todo mundo. Então, todos no final do dia se responsabilizavam por alguma parte do colégio (Agulha, 2017).

Sobretudo a partir dos anos 2000 observamos a insurgência nas ruas e espaços públicos das grandes cidades de diferentes movimentos populares de ocupação, inaugurados pelo famoso *Occupy Wall Street*. Além disso, houve um incremento dos inúmeros coletivos de ativistas, da mídia, do direito, do meio-ambiente. Assim, as ocupações no Brasil inscrevem-se em um cenário mundial mais amplo.

Quanto ao caso brasileiro, a análise de Leo Vinícius (2014) é bastante interessante porque resgata uma série de acontecimentos anteriores a 2013 ainda sem sabê-lo. Vinícius

(2014) se propõe a tratar de um conceito pouco considerado pelas ciências, a rebeldia, a fim de analisar movimentos de contracultura brasileiros contextualizados em conjuntura mundial. A hipótese do autor é que há a constituição de um pensamento crítico heterodoxo especialmente na juventude, o que pode ser entendido por meio da rebeldia e que tem afetado amplamente o mundo, para novas configurações políticas e econômicas diferentes do antagonismo capitalismo *versus* comunismo. Neste sentido, a rebeldia remete à potência do que ocorre fora do que é esperado que, apesar de muitas vezes visto como anormal, Vinícius (2014) identifica como um poder constituinte.

Poder constituinte é um conceito defendido pelo filósofo Antonio Negri a partir da década de 90, junto aos conceitos de poder constituído e multidão. Os dois tipos de poder – constituinte e constituído – formam um antagonismo que remete à ideia marxista da luta de classes, mas a transcende já que se trata, no primeiro caso, de uma potência existente e que pode se manifestar apesar de muitas vezes latente ou calada pelo poder constituído, ou seja, já instituído, como o poder de coerção do Estado por meio da polícia.

O poder constituinte seria aquilo que impulsionaria a inovação social ou a emergência ontológica. Negri desenvolveu a ideia de multidão baseando-se em Espinoza e a define como uma multiplicidade de singularidades irreduzíveis e que, então, não admitem representação. Assim, a multidão seria um sujeito político em um sentido inovador por se tratar de um agente coletivo, ou seja, que pode agir em comum, mas que ao mesmo tempo preserva o unitário com a simultânea manutenção de diferenças internas (Negri, 2002; Hard e Negri, 2001). Neste sentido, Negri aponta para novas formas de organização política e social ao defender a possibilidade da construção de um comum, um coletivo, que não apenas não pede representação, como seria apagado por esta.

Vinícius (2014) chama atenção para o aspecto segundo o qual a rebeldia se diferencia da revolta por reivindicar uma unidade e não a totalidade de um sistema, de sua forma de funcionamento ou de sua organização política e econômica. O autor reconstrói a organização de diferentes grupos que desembocou nas manifestações ocorridas em 2013, enfatizando que o início se deu a partir da reivindicação pelo direito à cidade, pela mobilidade urbana, mas significou a busca por algo mais, ou seja, a concreta participação na construção democrática. Nesse sentido, participação não é o desejo de ser ouvido, mas o

desejo de fazer parte do poder instituído. A questão seria, então, para além da opinião mais comum presente no debate público de que democracia é ouvir as partes. Considerando-se apenas a bandeira que fez explodir 2013, *tarifa zero* nos meios públicos de transporte, já fica aparente a busca pelo fazer, pelo acesso livre à cidade, aos serviços, fora da lógica da mercadoria. Essa posição é diferente de considerar que o dever da política pública seria essencialmente o aumento do poder aquisitivo da população que, então, estaria incluída no social pelo mercado, por poder comprar mais. O que se verifica é que o enfoque à inclusão pela compra mantém a separação alienante entre o fazer e o usar mediada pelo poder aquisitivo e o trabalho subordinado.

Essa mudança de bandeira portanto não veio ao acaso. Por fundamental que seja o deslocamento à escola, o fato é que os desejos despertados e a subjetividade constituída na própria dinâmica da economia – de produção, consumo e formação da força de trabalho – transbordam em muito os limites de um mundo sob ótica fordista. A fábrica hoje é a própria cidade. E isso já não deveria ser novidade. A cidade é organismo que produz valor, produzimos na nossa própria vida cotidiana, mesmo fora do horário de trabalho, construindo estilos de vida, cultura, novas formas de comunicação... A própria força de trabalho é formada no usufruto da cidade, da sua cultura, nos encontros programados ou inusitados, até mesmo participando de movimentos sociais, muito além dos muros escolares. É a geração de novos direitos sociais emergentes dessa subjetividade constituída em um regime de produção cada vez mais pós-fordista que está em jogo, e em última análise é esse o sentido que as ações coletivas dessa juventude carregam consigo (VINÍCIUS, 2014, p.14).

De acordo com o filósofo Vladimir Safatle, 2013 parece ter sido um último movimento de um processo que já estava em curso no Brasil e que desvelou o deserto de possibilidades em que nos encontramos. Sendo deserto, trata-se de um vazio que parece não atualizar os nossos possíveis. Mas, o autor nos lembra que o vazio não é inerte, é espaço aberto e a questão a ser formulada talvez não seja onde está o que não encontramos, mas como passar da impotência do deserto ao impossível, ao horizonte que nos move.

Neste sentido, na obra *O circuito dos afetos*, Safatle (2015) propõe pensar a partir de Sigmund Freud “o tipo de mutação dos afetos que permite o advento da política como prática de transformação” (p.54). O autor parte da hipótese de que a sociabilidade seria criada a partir dos afetos compartilhados e dos vínculos inconscientes entre os indivíduos. Assim, seria a circulação de afetos que faria uma espécie de tratamento do social garantindo

a harmonia e a submissão de cada indivíduo ao bem-estar comum. Seguindo a análise, Safatle (2015) problematiza a necessidade de um soberano, muito lida em Freud, como salvaguarda da criação de vínculos afetivos e coesão social.

Desta forma, Safatle (2015) identifica em Freud dois paradigmas distintos sobre o líder e a questão da autoridade. O primeiro, bastante explorado, apoia-se nas fantasias que fazem os indivíduos quanto à figura do pai, ou seja, de um soberano como base de sustentação da sociedade. Nessa lógica, no mito freudiano *Totem e tabu*¹, seria a exclusão do pai, ou seja, o lugar do pai enquanto exceção que permanece vivo e vazio na estruturação do universal da lei em que se engajam os demais e que garante a harmonia da sociedade.

Já o segundo paradigma, de acordo com Safatle (2015), abriria outras possibilidades para pensar o que instaura o social. O autor trabalha, então, o desamparo como o principal afeto na base dos vínculos em sociedade, definindo-o como a miséria do indivíduo em relação a suas próprias necessidades, entre indivíduos e entre indivíduo e sociedade. Ou seja, mesmo na satisfação das necessidades mais essenciais à vida humana verifica-se um abismo, quanto mais na satisfação de todos e cada um em sociedade.

Em 1921, na obra *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud defende que a essência de uma sociedade, ou seja, o que garante liga entre as pessoas são as ligações libidinais, grosso modo, os afetos existentes entre elas. Para Freud, a identificação é a forma mais originária de criação de um laço emocional com outro, sendo inconsciente e sempre ambivalente, ou seja, pode passar da ternura à eliminação. Um dos tempos da identificação baseia-se em poder ou querer colocar-se na mesma situação do outro, significando um ponto de coincidência inconsciente entre dois eus que só parece possível a partir do desamparo, retomando a proposta de Safatle (2015). Neste sentido, esse tempo da identificação prescindiria de uma relação de objeto e significaria trocas em sociedade, “uma qualidade comum partilhada” (FREUD, 1921, p.117). Lacan retoma o termo freudiano identificação, *einverleibung*, e sugere tratar-se mais de uma incorporação, espécie de canibalismo ou cair para dentro do corpo do outro².

¹ FREUD, S. Totem e Tabu. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990 (1913).

² Este ponto mereceria desdobramento mais cuidadoso no que diz respeito as possibilidades de uma organização social não referenciada a representação, mas a laços criados pela ideia de incorporação o que, [380] GARRAFA. Vol. 16, n. 45, Julho-Setembro 2018. “Corpos na cidade...”, p. 375 – 386. ISSN 18092586.

Sob determinado ponto de vista, pensar a política a partir do desamparo está de acordo com a ideia hobbesiana de que o principal agenciador da sociedade seria o medo, não apenas do soberano, mas dos demais indivíduos. Neste caso, o que dispararia a coesão social seriam os fantasmas de desagregação social, de guerras e, em última instância, de morte. No entanto, Safatle (2015) pensa o social a partir daquilo que verdadeiramente pareceu interessar a Freud, o mal-estar humano, que não se deixa eliminar, mesmo submetido ao maior constrangimento possível, “aqui é possível fazer, por trás desse fato, uma parcela de natureza inconquistável” (p.93), diria Freud (1930) na obra *O mal-estar na civilização*.

Neste sentido, não se cura o desamparo nem mesmo pela mais potente coerção, “a submissão a tal poder é uma tarefa impossível devido ao excesso irreduzível de violência que a vida pulsional representa a toda ordem social que procure integrá-la” (SAFATLE, 2015, p.65). O desamparo adquire, assim, outro *status*, da necessidade do controle total pela iminência de disrupções e anormalidades no social a um estado de vulnerabilidade comum e irremediável. Safatle (2015) propõe, com isso, que se pense a política a partir do desamparo como o deserto de recursos que poderia levar-nos a metamorfosear nossos impossíveis em invenções.

Contrariamente ao medo, ou mesmo à esperança, o desamparo não projeta um horizonte de expectativas que permite aos instantes temporais ganharem a forma da continuidade assegurada pela projeção do acontecimento futuro. Medo e esperança são, a sua maneira, dois afetos complementares, pois estão vinculados em sua dependência mútua em relação à temporalidade da expectativa, temporalidade do acontecimento por vir, seja ele positivo ou negativo. É tal temporalidade que o desamparo elimina, inaugurando outra temporalidade, desprovida de expectativa, que se expressa em um caráter fundamental de indeterminação (SAFATLE, 2015, p.70).

A análise de Safatle (2015) é muito mais ampla que o âmbito deste trabalho e apesar de algumas apropriações discutíveis da psicanálise, por exemplo, para Freud os afetos não são inconscientes, apenas as ideias a eles ligadas, parece interessante ao nosso tempo pensar uma potência a partir do vazio estrutural implicado na constituição do sujeito pela linguagem, o desamparo. Nesta perspectiva, o vazio, hiato ontológico, deve ser considerado

talvez, possa ser desenvolvido a partir dos inúmeros coletivos de artes e ativismos que surgiram nas últimas décadas com organização autogestionada, sem líder.

em todas as suas conseqüências, não havendo potência ou produção de vida, como talvez buscasse Gilles Deleuze, que não seja interrompida por essa fratura do ser, o que seria na versão lacaniana o comum da experiência humana. Se trataria, de fato, de comum fora de série, não reprodutível, não representável, ou seja, que não se torna mercadoria.

Desta forma, em minha comunicação no XIV Simpósio PPGCL/UFRJ, propus que as ocupações estudantis estremeceram a ordem social de forma rebelde, partindo da análise de Vinícius (2014); ou, partindo de Safatle (2015), como se o desamparo tivesse sido cuspidado nas redes saturadas do simbólico criando vazios, espaços representacionais em “um movimento recíproco de dentro para fora e de fora para dentro”, como disse uma estudante entrevistada pela revista *Latusa* (2016), publicação da Escola Brasileira de Psicanálise (LATUSA, 2016, p.13). Esse movimento criou um fora e um dentro, ou seja, um rearranjo do espaço social, “você não vivia na rotina do conforto da sua casa. Mas, ao mesmo tempo, você se sentia muito motivado porque você vivia uma transformação do espaço. O espaço foi transformado” (AGULHA, 2017, p.3), como se construísse na cidade uma negatividade de objeto.

Para essa hipótese, parti da premissa de que o mercado teria ocupado o lugar do Outro³ na atualidade, regulando as trocas sociais e manifestando-se de forma fugidia dada a queda do tripé autoridade-experiência-representação; de forma onipresente, ou seja, tudo é transformado em mercadoria e de forma ditatorial já que dita as escolhas à maneira de um imperativo categórico, forjando a constituição de subjetividades. Desta forma, o que vemos atualmente é um Outro-mercado que prevê e produz as necessidades, oferecendo a cada dia novidades vendidas como essenciais que parecem muito mais obturar o vazio ou desamparo que estrutura o ser humano, objetificando-o.

O atual momento do capitalismo, fusionado ao neoliberalismo, parece fazer oscilar o lugar do sujeito no simbólico dando a impressão de que aquele é objeto da fantasia do Outro-mercado que, por sua vez, não aparece como tal. Ou seja, parece haver um declínio

³ Os psicanalistas Fabrice Liégard e Jorge Alemán trabalham essa proposta. Para um aprofundamento: Liégard, F. *Psychanalyse du lien social et sociologie: un rencontre à élaborer. L'exemple de la délinquance juvénile contemporaine*. In : *Journal des Anthropologues*. 116-117, 2009. Alemán, J. *En la Frontera – sujeto y capitalismo. El mal estar en el presente neoliberal. Conversaciones con María Victoria Gimbel*. Barcelona, Gedisa Editorial, 2014. Além disso, esse tema está sendo trabalhado pelo psicanalista Marcus André Vieira no seminário *A psicanálise do fim do mundo* que teve início em 2017 na Escola Brasileira de Psicanálise, seção Rio de Janeiro, que eu participo e agradeço o tratamento dado às questões e, sobretudo, os enigmas colocados.

gradativo do Outro enquanto agente de perda o que fatalmente coloca em questão as possibilidades da representação e também de um líder. É como se qualquer gesto, hábito ou prática pudessem, a qualquer momento, ser cooptados pelo campo do sentido dando a impressão de que já estavam lá desde sempre, simulando consistência concreta e previamente definida à história, como se não houvessem vazios de significação, ou seja, brechas a acontecimentos, invenções.

Na contramão, as ocupações estudantis parecem ter conseguido impactar a experiência, produzindo questionamentos e fazendo vacilar alguns semblantes que aparecem cristalizados como fatos, ao menos o de que *estudantes sempre aprendem em escolas* já que toda a sociedade brasileira há anos sabe, sem saber, do sucateamento das escolas públicas. Nesse sentido, impressionou a crítica da grande mídia brasileira como se as ocupações interrompessem o bom andamento do mundo tal como ele já é, daquilo que está estabelecido como possível, como se o mundo e a cultura, a ficção de mundo que criamos, fossem desde sempre idênticos, o que ignora que a cultura é construída a partir dos indivíduos. Assim, as ocupações parecem ter operado uma separação entre o sujeito da enunciação e a própria enunciação, fazendo aparecer que se trata de um semblante e não de um fato. Cabe, então, perguntar se o ativismo interpreta a cidade e o nosso tempo histórico.

Neste sentido, produzir uma espécie de negatividade de objeto no corpo social difere de ser tomado como objeto, fazendo fratura à história ou, ao menos, à sensação de que aquela é previamente definida, significando um corte no Outro do mercado. É sabida a importância que Freud e, posteriormente, Lacan deram à discussão sobre a função do objeto na constituição psíquica. Essa questão ultrapassa o contexto deste artigo, mas é importante retomar a posição de exterioridade que o objeto ocupa para Lacan quanto ao campo simbólico e quanto ao campo da realidade, chamado por ele de imaginário, sendo o objeto irreduzível à representação. Ou seja, o objeto em psicanálise é sem substância, um vazio que a pulsão contorna e que pode ser ocupado por qualquer objeto, o que, inclusive, levou Lacan a dizer que se ele teria feito alguma ontologia, seria a ontologia do buraco.

No caso das ocupações, considerando-se que o objeto tem estrutura consoante apenas com o real, a sua irrupção a partir desse registro significa uma separação que difere da castração por não ter o Outro como operador da perda, daí a ideia de uma negatividade

produzida de objeto. Neste sentido, poder-se-ia considerar as ocupações como uma prática que parte do impossível do real, fazendo um deslocamento deste ao imaginário, como se algo já falante construísse corpo.

O que parece é que as ocupações são movimentos de rebeldia, não visam à tomada do poder, mas à tomada das próprias vidas, e, assim, podem significar rupturas ao dispositivo capitalista por funcionar de forma a impedir a padronização e a transformação dessas práticas em objetos de consumo⁴. Seriam, talvez, práticas do não-objeto⁵, fugidias, começam e terminam de forma repentina, ocupando coletivamente as ruas ou espaços públicos com o próprio corpo, às vezes com um mote, mas nem sempre e, em geral, após o início, escuta-se dos ocupas muito mais que o motivo disparador daquela ocupação, como disse uma estudante no filme de Pronzato: “hoje se aprende mais política nas ruas”. Ou nas palavras de outra estudante, “a conquista maior das ocupações, a meu ver, foi dar voz a nós, jovens, e fazer crescer uma consciência política muito importante” (AGULHA, 2017, p.3). Neste contexto, parece ter sido possível viver uma intenção de mundo, “as ocupações foram um período em que os estudantes puderam colocar em prática um projeto de mundo. E esse projeto de mundo variou muito” (AGULHA, 2017, p.3), e em um traçado variável, múltiplo, que implica possibilidades não identitárias de encarnação.

Pergunta-se, então, se seria legado das ocupações estudantis uma mudança nesses alunos, em sua relação com a escola e com a sociedade. A linguagem, o simbólico, desnaturaliza o corpo do organismo que, então, deixa-se penetrar pela cultura. Porém, em tempos que a crise da tradição parece não garantir um lugar no Outro, será que a prática das ocupações, a partir dos espaços vazios criados e das possibilidades de deslocamentos aí engendradas, lida com essa força estranha que escapa à formatação e insiste, o gozo, de

⁴ Se bem que já se assiste a palavra ocupação ser usada pelo mercado, por exemplo, em uma propaganda de cosmético: ocupe seu corpo.

⁵ Cabe mencionar, não sem ressalvas dada a heterogeneidade entre os campos da política e da arte, a Teoria do não-objeto defendida por Ferreira Gullar no final da década de 50. Segundo o autor, trata-se nas obras de arte verdadeiras de não-objetos, denominação justificada por ele para enfocar problemas mais atuais da arte. Gullar considera que os artistas, a partir do impressionismo, empreenderam uma luta contra o objeto artístico já que não fazia mais sentido construir um espaço metafórico em lugar controlado: “tratava-se de um esforço do artista para libertar-se do quadro convencional da cultura, para reencontrar aquele ‘deserto’ de que nos fala Malevitch, onde a obra aparece pela primeira vez, livre de qualquer significação que não seja o seu próprio aparecimento” (GULLAR, F. Teoria do não-objeto. In: COHN, S. (org.) *Ensaaios fundamentais. Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010, p. 108). Este ensaio foi originalmente publicado em 1958 no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil.

forma diferente da segregação? Nas palavras de uma estudante ao ser perguntada sobre o que levaria da experiência: “eu tive a noção do meu corpo” (LATUSA, 2016, p.23).

REFERÊNCIAS

- AGULHA, 3X4. **Calendário de Cultura**, março de 2017, número 2.
- ANTONIO, J. Ocupações de escolas e universidades contra o pacote de Temer. **Jornal A nova democracia**. Ano XV, n.180, 2 quinzena de novembro de 2016. Acessado em 8/8/2018: <https://anovademocracia.com.br/no-180/6722-ocupacoes-de-escolas-e-universidades-contr-o-pacotaco-de-temer>.
- COMITE DE APOIO AO AND – RJ. RJ: ocupações estudantis agitam a bandeira da combatividade. **Jornal A nova democracia**. Ano XIV, n.168, 20 de abril a 5 de maio de 2016. Acessado em 8/8/2018: <https://anovademocracia.com.br/no-168/6385-rj-ocupacoes-estudantis-agitam-a-bandeira-da-combatividade>.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. 18, 1996 (1921).
- HARD, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LATUSA. **Adolescência metamorfoses, redes e ruas**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise Seção Rio, n.21, agosto de 2016.
- NEGRI, A. **O poder constituinte**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PRONZATO, C. **Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo**. Filme.
- SAFATLE, V. O circuito dos afetos. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- VINICIUS, L. **Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista**. Florianópolis: Editoria em Debate (Universidade Federal de Santa Catarina), 2014.